



EDITAL Nº 001/2019/COMDICA – VITÓRIA DA CONQUISTA/BA CONVOCA O PROCESSO DE ESCOLHA E ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS QUE CONCORRERÃO A ESCOLHA PELO COLÉGIO ELEITORAL DO MUNICÍPIO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, GESTÃO 2020/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA do Município de Vitória da Conquista/BA, no uso de suas atribuições, com fundamento na Constituição Federal, no art.139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Resoluções 170 e 178 do CONANDA de 10 de dezembro de 2014 e 15 de setembro de 2016, na Lei Municipal nº 1.573/2008 alterada pela Lei 1.866/2012, de 18 de dezembro de 2012, na Resolução COMDICA nº 001/2019, de 04 de março de 2019, que dispõe sobre as normas do processo de seleção/escolha dos Conselheiros Tutelares para composição do Conselho Tutelar do Município de Vitória da Conquista/BA - **Gestão 2020/2024**, e demais legislações pertinentes, torna público que estarão abertas as inscrições, a partir do dia **13/04/2019**, para seleção dos candidatos que concorrerão à escolha pelo colégio eleitoral do município para Conselheiro Tutelar do Município de Vitória da Conquista/BA.

1

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia, a Comissão Especial composta por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMDICA de Vitória da Conquista, constituída pela Resolução nº 001/2019.

1.2. A escolha de 15 (quinze) membros efetivos e 15 (quinze) suplentes de Conselheiros Tutelares para o Município de Vitória da Conquista será feita através de sufrágio universal, por voto direto, secreto, único e facultativo, dos cidadãos maiores de 16 anos, inscritos como eleitores do Município de Vitória da Conquista e quites com a Justiça Eleitoral, conforme lista fornecida pela Justiça Eleitoral.

1.3. As atribuições dos Conselheiros Tutelares estão regidas na Lei Municipal 1867/2012, bem como seu vencimento pela Lei Municipal 1866/2012.

1.4. A Comissão Especial do processo de escolha, nomeada conforme Resolução COMDICA nº 001/2019, previamente eleita pelo Plenário do Conselho, é composta conforme evidenciado no Anexo I



deste Edital.

1.5. A participação no processo de seleção prévia está condicionada à comprovação, pelo (a) candidato (a), dos requisitos constantes deste Edital, bem como os previstos no artigo 17 da Lei Municipal nº 1.573/2008.

1.6. Este Edital estará disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista www.pmvc.ba.gov.br/comdica, e afixado nos Quadros de Editais/Comunicados do COMDICA – Vitória da Conquista/BA, da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições serão realizadas apenas pelo site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, através do endereço eletrônico www.pmvc.ba.gov.br/comdica, no link “inscrição”, **no período de 13 de abril de 2019 a 29 de abril de 2019**, devendo os (as) candidatos (as) interessados (as) preencherem o formulário eletrônico, declarando possuir todos os requisitos necessários para ser candidato e comprometendo-se a apresentar toda a documentação exigida neste edital caso seja aprovado na Prova de Conhecimentos; o comprovante de inscrição encaminhado para o e-mail do candidato, deverá ser impresso, assinado pelo candidato e homologado na sede do COMDICA, situado no Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rua 10 de Novembro, 790, Recreio, no mesmo período de inscrição acima mencionado e em caráter excepcional e improrrogável até o dia 30/04/2019, no horário de 08:30 às 12h, O candidato deverá apresentar este comprovante homologado no dia da prova de conhecimentos, juntamente com o documento original de identidade com foto.

2.2. São requisitos básicos para inscrição do candidato:

a) Possuir reconhecida idoneidade moral, que será comprovada e analisada pela Comissão Especial através de atestado original de antecedentes, firmado pela autoridade policial, e ainda, certidões criminais negativas originais das Justiças Estadual e Federal, bem como, certidões negativas de processos disciplinares, sindicâncias em caso de exercício de função ou cargo público efetivo ou comissionado.

b) Contar com a idade mínima de 21 (vinte e um) anos na data da posse, comprovada através da apresentação de cópia autenticada do documento de identidade;

c) Ter residência e domicílio neste Município há pelo menos 02 (dois) anos, na data da inscrição,



comprovado através de documentos (contrato de locação, contas de água, luz, telefone, entre outros) que atestem residência em nome do interessado, sendo um com data anterior a 30 de março de 2017, e outro atual, ou ainda, declaração firmada por duas testemunhas idôneas, com firma reconhecida em cartório, atestando que candidato reside há, no mínimo, 02 (dois) anos, no município;

d) Estar quite com a Justiça Eleitoral, apresentando fotocópia autenticada do título de eleitor e do comprovante de votação da última escolha ou de justificativa da ausência, ou ainda, Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;

e) No caso do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar, apresentando Certificado de Reservista ou de Dispensa;

f) Ser eleitor deste Município, conforme cadastro no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, há pelo menos 01 (um) ano, apresentando cópia autenticada do Título de Eleitor;

g) Ter formação no Ensino Médio na data da posse, apresentando cópia autenticada do respectivo certificado de conclusão e/ou histórico escolar, não sendo possível apresentação de apenas declaração de conclusão do curso de nível médio;

h) Obter aprovação em Prova de Conhecimentos promovido pela Comissão Especial, que verse principalmente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislações, normas e resoluções municipal (COMDICA), estadual (CECA) e federal (CONANDA) sobre crianças e adolescentes;

i) Atestar possuir condições para dedicar-se exclusivamente às atividades do Conselho Tutelar;

j) Não ser candidato a qualquer cargo eletivo no Legislativo ou Executivo, devendo assinar declaração neste sentido;

l) Comprovar reconhecida experiência de, no mínimo, 02 (dois) anos, com trabalho na área da infância e da adolescência, a qual deverá ser comprovada por Carteira de Trabalho, Contrato de prestação de serviços ou Contrato de voluntariado, em instituições devidamente cadastradas no COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente);

m) Apresentar atestado médico original de sanidade física e mental, devidamente assinado e com o carimbo e CRM do médico, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias;



n) Apresentar autodeclaração que é possuidor de conhecimentos básicos em informática (Word, Excel, PowerPoint e Internet).

o) Ter disponibilidade, se escolhido entre os titulares, e os 05 (cinco) primeiros suplentes para participar de no mínimo 40 (quarenta) horas de capacitação prévia, em tempo integral, na condição de voluntário, entre a data da escolha e data da posse, conforme critério e programação do COMDICA. Ficando facultado aos demais suplentes a participação espontânea na capacitação.

2.3. Não poderá se inscrever o candidato que tiver exercido o cargo de conselheiro tutelar titular por período consecutivo superior a um mandato e meio, conforme disposto no art. 6, parágrafo 2º da Resolução nº170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA.

2.4. No momento da inscrição, o candidato deverá apenas declarar que preenche os requisitos descritos no item 2.2., devendo apresentar documentação comprobatória somente após aprovação no teste de conhecimentos.

2.5. A não comprovação de qualquer informação e/ou documentação, por parte do candidato, implicará na exclusão sumária em qualquer fase do processo de escolha, com repercussões administrativas, civis e penais.

2.6. Caso haja emissão de documentos falsos por parte de entidades governamentais e não governamentais, as mesmas serão notificadas e denunciadas ao Ministério Público, com as consequentes repercussões judiciais e administrativas.

2.7. Somente será aceito inscrições feitas em modelo digital através do site <http://inscricaoctutelar.pmvc.ba.gov.br/>

2.8. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial do direito de excluir do processo aquele candidato que não preencher o formulário de forma completa e correta.

2.9. O preenchimento do formulário de inscrição implica, por parte do(a) candidato(a), no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente Edital e em prévia aceitação do cumprimento do que estabelece a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Resolução 170 do CONANDA de 10 de dezembro



de 2014, Lei Municipal nº 1.573/2008, alterada pela Lei 1.866/2012, de 18 de dezembro de 2012 e a Resolução do COMDICA nº 001/2019, dentre outras que versem sobre o tema.

2.10. O pedido de inscrição que não atender às exigências deste Edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

2.11. Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência, sendo permitida a inscrição apenas na forma prevista neste edital.

2.12. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o (a) candidato (a) do processo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

2.14. O candidato deverá apresentar, para conferência, no momento da realização do teste de conhecimentos, o seu documento oficial de identidade original com foto e atestado de homologação da inscrição assinada pelo COMDICA, conforme item 2.1.

3. DA PROVA DE CONHECIMENTOS

3.1. A classificação dos candidatos será feita com base em nota obtida em prova escrita, considerando-se aprovados os que obtiverem aproveitamento equivalente a, no mínimo, 70% da nota máxima, ficando os demais automaticamente desclassificados, conforme lei municipal 1.573/2008.

3.2. Os locais e os horários de realização da prova escrita estarão disponíveis nos mesmos locais previstos no item 1.6., até 08 dias após o encerramento do período de inscrições.

3.3. Será aplicada prova escrita abrangendo os programas das matérias constantes no Anexo II deste Edital, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os objetivos de avaliação constantes deste Edital.

3.4. Participarão das provas apenas os (as) candidatos (as) regularmente inscritos e que tiveram suas inscrições homologadas no COMDICA.

3.5. As provas objetivas na modalidade múltipla escolha e de redação terão a duração de 04 (quatro) horas e serão aplicadas na data provável de **09 de junho de 2019**, na cidade de Vitória da Conquista/BA,



no turno matutino, em horário e local a serem divulgados nos mesmos locais previstos no item 1.6.

3.6. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O (a) candidato (a) deverá observar rigorosamente os Editais e os comunicados divulgados.

3.7. O (a) candidato (a) deverá comparecer ao local determinado para a prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o início, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta) de ponta grossa, protocolo de inscrição e/ou confirmação de inscrição (obtida via Internet), homologado pelo COMDICA, juntamente com documento oficial de identidade com foto.

3.8. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

3.9. Poderá ser exigido outro documento de identificação, ao (a) candidato (a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do (a) portador (a).

3.10. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento, quando do ingresso do (a) candidato (a) para a realização da prova escrita.

3.11. A juízo da Comissão Especial, o (a) candidato (a) que não portar o comprovante de inscrição poderá prestar a prova, desde que seu nome conste na lista de candidatos inscritos homologados, e que apresente o documento de identidade.

3.12. Para a realização da prova escrita, será fornecido caderno de provas contendo as questões objetivas de múltipla escolha, folha de respostas para as questões objetivas e um formulário de respostas para a prova dissertativa.

3.13. A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada, e 01(uma) questão dissertativa, conforme a distribuição de pesos infra discriminada:

MODALIDADE DA PROVA.	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL
OBJETIVA DE	20	0,3	6,00



MÚLTIPLA ESCOLHA			
DISSERTAÇÃO	01	4,0	4,00
			10,00

3.14. A nota máxima atribuída a esta prova será de 10,00 (dez) pontos e a nota mínima para a aprovação será de 7,00 (sete) pontos. **O candidato que não atingir 7,00 (sete) será eliminado.**

3.15. Somente serão corrigidas as provas escritas de redação dos candidatos que alcançarem nota igual ou superior a 2,5 (dois e meio) pontos na prova objetiva de múltipla escolha, ou seja, acertar, pelo menos, 10 (dez) questões objetivas de múltipla escolha.

3.16. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o (a) candidato (a) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

3.17. O (a) candidato (a) deverá assinalar as respostas às respectivas questões objetivas de múltipla escolha propostas na folha de respostas e responder à questão dissertativa no respectivo formulário de respostas, que serão os únicos documentos válidos para a correção da prova escrita. O preenchimento da folha de resposta e do formulário de resposta será de inteira responsabilidade do (a) candidato (a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de provas e demais orientações fornecidas pelo fiscal de sala. Não haverá substituição da folha de respostas e do formulário de respostas por erro do (a) candidato (a).

3.18. Atribuir-se-á nota zero à questão de múltipla escolha: a) com mais de uma opção assinalada; b) sem opção assinalada; c) com rasura ou ressalva; d) assinalada a lápis; e) quando a alternativa assinalada for incorreta.

3.19. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas da prova escrita objetiva de múltipla escolha.

3.20. Serão de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e marcações



múltiplas na mesma questão.

3.21. O formulário da questão dissertativa não conterà identificação do (a) candidato (a), somente o uso de seu número de inscrição, para não ocorrer a identificação do candidato quando da correção efetuada pela Banca Examinadora, não devendo o(a) candidato(a), em hipótese alguma, assinar ou identificar-se no formulário de respostas da prova de redação, caso contrário, a mesma não será corrigida, eliminando o(a) candidato(a).

3.22. O (a) candidato (a) que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

3.23. O (a) candidato (a) só poderá deixar a sala onde estiver realizando a prova após, no mínimo, 90 (noventa) minutos do seu início, ainda que conclua sua prova antes deste período, e somente poderá levar o caderno de provas se deixarem a sala 60 (sessenta) minutos antes do término do horário estabelecido para o encerramento das provas escritas.

3.24. O (a) candidato (a), ao deixar a sala de provas, deve, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas, devidamente assinada no local indicado, e o formulário de respostas da prova de redação.

3.25. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, o candidato que insistir em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do processo e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 02 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

3.26. Terminado o tempo da prova, a folha de respostas e o formulário de respostas da prova dissertativa deverão ser entregues sem protelação.

3.27. Será considerada nula a prova do (a) candidato (a) que se retirar do recinto, durante a sua realização, sem a devida autorização do Fiscal da Sala e/ou da Comissão Especial.

3.28. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

3.29. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e



sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo os portões fechados após o início das provas escritas importando a ausência ou retardamento do (a) candidato (a) em sua exclusão do processo seletivo e eletivo, seja qual for o motivo alegado.

3.30. Será excluído do processo o (a) candidato (a) que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido, ou que, durante a sua realização, for surpreendido em comunicação com outro (a) candidato (a). Não será permitida a utilização de aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, calculadoras ou similares), livros, códigos, ou qualquer outro material de consulta, bem como a utilização de boné, chapéu ou similar e óculos escuros na sala de provas, exceto para correção visual. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

3.31. É vetada a entrada de quaisquer espécies de armas no local da prova.

3.32. O (A) candidato (a) que necessitar de condição especial para a realização da prova solicitará, por escrito, apenas no ato da inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.). Após esse período, a solicitação será indeferida.

3.33. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que necessitar amamentar e não levar acompanhante não poderá realizar as provas.

3.34. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.35. No dia de realização da prova escrita, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.

3.36. A Comissão Especial não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados, com expressa orientação que os (as) candidatos (as) evitem portar aparelhos celulares e eletrônicos, quando da realização da prova escrita.

3.37. SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES, O (A) CANDIDATO (A) QUE, NESTA FASE:



- a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- b) Ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que na companhia de fiscal;
- c) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos;
- d) Recusar-se a entregar a folha de respostas e o formulário de respostas da prova de redação ao término do tempo destinado à sua realização;
- e) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o formulário de respostas da prova de redação;
- f) Portar aparelho celular ou eletrônico na sala de provas em local diverso do indicado pelo fiscal da sala, mesmo que os aparelhos estejam desligados.

3.38. Os prazos recursais previstos nesta fase, como também, a divulgação das decisões, encontram-se previstos no Anexo III – Cronograma do Processo, parte integrante deste Edital.

4. DO RESULTADO DO TESTE DE CONHECIMENTOS

4.1. Os gabaritos oficiais das provas escritas objetivas de múltipla escolha serão afixados nos mesmos locais previstos no item 1.6, a partir das 14:00 horas, no horário local da cidade de Vitória da Conquista/BA, até dois dias após realização da prova escrita.

4.2. A classificação final dos(as) candidatos(as) será feita pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva de múltipla escolha, acrescido dos pontos obtidos na prova dissertativa.

4.3. Na classificação final entre candidatos (as) empatados (as) com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem: a) maior nota final na prova dissertativa; b) maior idade.

4.4. A publicação da lista de aprovados dar-se-á até o dia **08 de julho de 2019**, através de Edital a ser divulgado nos mesmos locais previstos no item 1.6.

4.5. A interposição de recursos poderá ser feita no prazo de 03 (três) dias úteis, após a divulgação da lista de aprovados, em requerimento assinado e protocolado junto ao COMDICA – Vitória da Conquista/BA, por escrito, dirigido à Comissão Especial.

4.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o (a) candidato (a) se



julgar prejudicado (a), e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes, e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

4.7. Serão rejeitados, também liminarmente, os recursos enviados fora do prazo, de acordo com o Anexo III – Cronograma do Processo a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do (a) candidato (a), como seu nome e número de inscrição. Serão rejeitados, ainda, aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

4.8. O resultado do julgamento dos recursos será divulgado nos mesmos locais previstos no item 1.6, até **31 de julho de 2019**, juntamente com a relação final dos aprovados, após recurso, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, e não será enviado, individualmente, a qualquer recorrente, o teor dessas decisões.

4.9. Após julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões da prova escrita objetivas de múltipla escolha, porventura anulada, serão atribuídos a todos (as) os (as) candidatos (as) indistintamente, desde que não tenha sido o ponto da questão computado para o (a) candidato (a) em listagem anterior.

4.10. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos (as) os (as) candidatos (as), independentemente de terem recorrido.

4.11. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

5. DO REGISTRO DO CANDIDATO

5.1. Os candidatos aprovados no teste de conhecimentos deverão apresentar todos os documentos previstos no item 2.2. deste edital, do dia 01 a 07 de agosto de 2019.

5.2. O pedido de registro será formulado pelo (a) candidato (a) em requerimento assinado e protocolado junto ao COMDICA – Vitória da Conquista/BA, devidamente instruído com todos os documentos



necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos neste Edital, onde serão numerados, autuados e enviados a Comissão Especial, para processamento devido.

5.3. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro ou sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tios e sobrinhos, padrasto ou madrasta e enteado ou enteada.

5.4. Estende-se o impedimento do conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, e Foro Regional.

5.5. A candidatura a membro do Conselho Tutelar é individual, ficando vedada a expressão e/ou manifestação do candidato com vinculação político-partidária, bem como a composição de chapas, sob pena de cassação de mandato.

5.6. O (A) candidato (a) que for membro do COMDICA, que pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir afastamento no ato da inscrição da candidatura a membro do Conselho Tutelar.

5.7. Somente poderão concorrer ao processo de seleção e escolha as candidaturas cujas inscrições foram devidamente, registradas e homologadas pelo COMDICA – Vitória da Conquista/BA, vide 2.1.

5.8. No prazo de até 04(quatro) dias úteis, a contar do término do prazo de registro de candidaturas, autuado o pedido de inscrição dos aprovados com a respectiva documentação, a Comissão Especial mandará expedir edital com os nomes daqueles nos mesmos locais previstos no item 1.6, fixando prazo de 03 (três) dias úteis para o recebimento de impugnação por qualquer cidadão deste Município.

5.9. As impugnações deverão ser efetuadas por escrito e protocoladas na sede no COMDICA, das 08:30 às 12:00h, dirigidas à Comissão Especial e instruídas com as provas já existentes ou com a indicação de onde as mesmas poderão ser colhidas.

5.10. Vencido o prazo do item 5.8, o Ministério Público da Infância e Juventude terá vista dos autos por 03 (três) dias úteis, contados de sua intimação pessoal, podendo apresentar impugnação.

5.11. Ao fim do prazo do anteriormente estipulado, se tiver sido oferecida impugnação pelo Ministério Público da Infância e Juventude, o candidato será notificado, por edital, para apresentar defesa em 03



(três) dias úteis e, após este prazo, os autos serão novamente encaminhados ao Ministério Público da Infância e Juventude para manifestação em 03 (três) dias úteis, caso a defesa tenha sido instruída com documentos, decidindo, definitivamente, a Comissão Especial em período idêntico.

5.12. Ao fim do prazo do item 5.10, se tiver sido oferecida impugnação apenas por cidadão deste Município, o candidato será notificado, por edital, a apresentar defesa no prazo de 03 (três) dias úteis e, após este prazo, os autos serão novamente encaminhados ao Ministério Público para manifestação em 03 (três) dias úteis, decidindo, definitivamente, a Comissão Especial em período idêntico.

5.13. Definidos os candidatos que concorrerão ao pleito, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA publicará edital, relacionando os candidatos habilitados, bem como o dia, horário e local de realização do processo de escolha.

5.14. Os candidatos habilitados serão candidatos a Conselheiros Tutelares que disputarão à escolha através do sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos membros da comunidade eleitoral local com domicílio eleitoral no Município de Vitória da Conquista/BA.

13

6. DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA E DAS CANDIDATURAS

6.1. O COMDICA – Vitória da Conquista/BA, por intermédio da Comissão Especial, promoverá a divulgação do processo de escolha e dos nomes dos (as) candidatos (as) considerados (as) habilitados (as) por intermédio da imprensa escrita e falada, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos.

6.2. A Comissão Especial poderá promover, ainda, debates, reuniões, entrevistas e palestras junto às escolas, associações e comunidade em geral, através de audiências públicas coordenadas pela Comissão Especial proporcionando igualdade de participação a todos os candidatos presentes nos eventos e previamente cadastrados para participação. As audiências públicas, se ocorrerem, terão suas normas estabelecidas pela Comissão Especial.

6.3. Somente será permitida a veiculação de propaganda dos candidatos a partir da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se as vedações do artigo 26 da Lei Municipal 1.573/2008.

6.4. É vedada a propaganda do processo de escolha nos bens públicos ou de uso comum, admitindo-se a propaganda em veículos de comunicação social, consoante regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, a ser divulgada nos mesmos locais previstos no item



1.6, e desde que observada à igualdade de condições entre os candidatos.

6.5. São vedados, no dia da escolha:

- I. O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;
- II. A arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, inclusive a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- III. A divulgação de qualquer espécie de propaganda de candidatos, mediante publicações, cartazes, outdoors, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.

6.6. É facultada a manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha posse.

6.7. Caberá à Comissão Especial exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a propaganda irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ao final, considerados os motivos, as circunstâncias, consequências e reiterações da conduta ilícita:

- I. Aplicar multa ao candidato infrator, a qual será estabelecida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) mediante resolução, sendo que a mesma será revertida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo não pagamento ocasionará a cassação da habilitação da candidatura ou do diploma;
- II. Cassar a habilitação da candidatura ou o diploma do infrator.

6.8. O Ministério Público, quando não for o autor da representação, fiscalizará todo o procedimento instaurado e:

- I. Terá vista dos autos depois do candidato, sendo cientificado de todos os atos do procedimento;
- II. Poderá juntar documentos e certidões, produzir prova oral e requerer as medidas ou diligências necessárias a apuração da verdade.

6.9. Contra a decisão referida nos incisos I e II do item 6.7, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.10. São vedados, durante o processo eleitoral:



I. A confecção, utilização e distribuição por candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

II. A doação, o oferecimento, a promessa ou a entrega ao eleitor, pelo candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obtenção de voto;

III. O transporte de eleitores no dia da escolha, ressalvados o serviço em veículos coletivos de linhas regulares e não fretados, o uso exclusivo de veículo por seu proprietário e seus familiares, o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel e a disponibilização à Comissão Especial de veículos públicos ou particulares, que não poderão ostentar propaganda de qualquer candidato e deverão ser por aquela, identificados com a indicação "à disposição do COMDICA."

6.11. Em caso de inobservância do disposto neste item, caberá à Comissão Especial exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a conduta irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ao final, cassar a habilitação da candidatura ou o diploma do infrator, cabível recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.12. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

6.13. Os candidatos habilitados a concorrer à escolha ficam convocados para uma reunião, a ser realizada pela Comissão Especial e o Ministério Público em data e local a ser divulgado posteriormente nos mesmos locais previstos no item 1.6, onde a Comissão Especial comunicará formalmente as regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso, perante o Ministério Público, de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo, além de eventual multa ou cominação constante do Termo de Ajustamento de Conduta.

7. DA ESCOLHA

7.1. A escolha dos 15 (quinze) membros efetivos e os 15 (quinze) suplentes dos Conselheiros Tutelares



do Município de Vitória da Conquista será realizada na data de **06 de outubro de 2019 das 08:00 às 17:00 horas**, facultado o voto, após este horário, a eleitores que estiverem na fila de votação, aos quais deverão ser distribuídas senhas.

7.2. Os locais de votação e outras especificidades relativas a esta, serão definidos conforme critérios da Comissão Especial, a serem divulgados posteriormente, nos mesmos locais previstos no item 1.6.

7.3. O eleitor, munido de seu título e um documento público de identificação, poderá votar em apenas 01 (um) candidato, sob pena de o voto ser considerado nulo.

7.4. O eleitor que não souber ou não puder assinar o nome, lançará a impressão do polegar direito no local próprio da relação respectiva.

7.5. Cada candidato poderá credenciar, no máximo, 01 (um) fiscal para cada Mesa Receptora ou Apuradora de Votos, com prévia comunicação de 05 (cinco) dias antes do pleito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

7.6. A apuração em sessão pública e única será feita em local a ser previamente divulgado pela Comissão Especial, logo após o encerramento da votação.

7.7. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pela Comissão Especial, em caráter definitivo.

7.8. Concluída a apuração dos votos, a Comissão Especial proclamará o resultado da escolha, mandando publicar edital com os nomes dos candidatos e a respectiva quantidade de votos recebidos.

7.9. Os 15 (quinze) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os 15 (quinze) seguintes, pela ordem de votação, como suplentes, para um mandato de quatro anos, com início em **10 de janeiro de 2020**.

7.10. Havendo empate na votação, será considerado escolhido o candidato que alcançar o melhor desempenho no teste de conhecimentos específicos e, persistindo aquela situação, o mais idoso.

7.11. Dentro de até 30 (trinta) dias após a publicação do resultado final da escolha, os escolhidos serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, que



oficiará ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados, devendo ser empossados no dia posterior ao término do mandato dos antecessores, **10 de janeiro de 2020**.

7.12. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA ou o servidor público municipal diplomado no cargo de Conselheiro Tutelar será automaticamente afastado de suas funções durante o período em que assumir o mandato.

7.13. Vagando o cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

7.14. Os Conselheiros Tutelares, titulares e suplentes, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e treinamentos promovidos por uma Câmara Técnica a ser designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, no decorrer do mandato.

8. DA LOCAÇÃO DOS ESCOLHIDOS EM CADA CONSELHO TUTELAR

8.1 Os conselheiros titulares escolhidos serão distribuídos em cada conselho tutelar através do critério de escolha, iniciando-se pelo candidato mais bem votado.

8.2 Havendo empate na votação terão prioridade de escolha o candidato que alcançar o melhor desempenho no teste de conhecimentos específicos e, persistindo aquela situação, o mais idoso.

8.3 No caso dos conselheiros suplentes não haverá escolha prévia, devendo assumir a titularidade no Conselho que houver vacância pela ordem de votação.

8.4 A área de abrangência dos respectivos Conselhos Tutelares poderá ser modificada a qualquer tempo por ato do poder executivo ou por resolução do COMDICA conforme Lei Municipal 1.866 de 18 de dezembro de 2012.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Havendo necessidade de outras informações, as mesmas poderão ser obtidas junto a Comissão Especial, cujos membros estão relacionados no anexo I deste Edital, ou na sede do COMDICA.

9.2. O candidato deverá manter seus dados cadastrais atualizados junto à Comissão Especial até o final do



processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

9.3. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a fase correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.5. Os resultados divulgados no endereço eletrônico www.pmvc.ba.gov.br/comdica não terão caráter oficial, sendo meramente informativo. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia de publicação nos locais previstos no item 1.6.

9.6. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

9.7. É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a todas as fases deste processo, os quais serão afixados nos Quadros de Editais/Comunicados do COMDICA – Vitória da Conquista/BA, da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, não podendo os (as) candidatos (as) alegarem desconhecimento posterior do cronograma do Processo evidenciado no Anexo III deste Edital.

9.8. O (A) candidato (a) deverá, obrigatoriamente, manter atualizado seu endereço, e quando do preenchimento da inscrição fornecer o endereço completo na ficha de inscrição, endereço eletrônico (e-mail), telefone, se possuidor, e em caso de alteração dos mesmos informar a Comissão Especial.

9.9. O COMDICA – Vitória da Conquista/BA não se responsabilizará por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este processo seletivo no que se refere à prova escrita.

9.10. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo de seleção poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade de seu teor por parte da Comissão Especial, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre.



9.11. Os casos omissos, não previstos neste Edital, ou não incluídos no requerimento de inscrição, serão apreciados pela Comissão Especial do COMDICA – Vitória da Conquista/BA.

Vitória da Conquista, 05 de abril de 2019.

COMISSÃO ESPECIAL

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA

CAMILLA LOPES FISCHER

EDILEIDE SANTOS FREITAS

INEZ MARIA DE ANDRADE SANTOS

JOABE SILVA OLIVEIRA

MÁRIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

ANEXO I - DA COMISSÃO ESPECIAL

19

A Comissão Especial é composta pelos seguintes membros:

Organizações Governamentais	Organizações Não-Governamentais
Camilla Lopes Fischer	Antônio Carlos Ferreira de Oliveira
Joabe Silva Oliveira	Edileide Santos Freitas
Maria de Fátima Oliveira	Inez Maria de Andrade Santos



ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO:

- 1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**
- 2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – SIPIA – Resoluções 170 e 178 do CONANDA, de 14 de novembro de 2014 e 15 de setembro de 2016**
- 3. LEI MUNICIPAL Nº 1.573/2008, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008.**
- 4. LEI MUNICIPAL Nº 1.328/2006, DE 05 DE JANEIRO DE 2006.**
- 5. LEI MUNICIPAL Nº 1866/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.**
- 6. LEI MUNICIPAL Nº 1867/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.**

7. POLÍTICA ESTATAL FORMULADA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A institucionalização do “menor”. O controle institucional e institucionalizado: o Código de Menores (1927). O Serviço de Assistência ao Menor – SAM, vigente no período de 1945/64. O Estado de Segurança Nacional implantado pelo regime militar de 1964 e a Política Nacional de Bem-Estar do “Menor” – PNBEM. A Fundação Nacional de Bem-Estar do “Menor” – FUNABEM, criada pela Lei nº 4.513/64. FEBEMs: a experiência do Estado de São Paulo. O “novo” Código de Menores de 1979.

8. POLÍTICA INTERNACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A carta dos direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, promulgada em 1954. Regras mínimas da ONU para a administração da justiça da juventude. Convenção sobre os direitos da criança – Decreto nº 99.710/90. Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade.

9. DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Perspectivas históricas dos direitos constitucionais da criança e do adolescente. O novo direito da infância e da juventude. Dos direitos da família, da criança e do adolescente no texto constitucional de 1988. A doutrina jurídica de proteção integral à criança e ao adolescente. Princípios constitucionais do novo direito.

10. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Disposições preliminares. Princípios Orientadores do Direito da Criança e do Adolescente: Princípio da



Prioridade absoluta. Princípio do Melhor interesse. Princípio da Municipalização. Direitos fundamentais à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção do trabalho. Direito à convivência familiar: família natural, substituta, extensa, guarda, tutela e adoção. O Poder Familiar.

11. DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO E PROTEÇÃO

Regulamentação do Poder Público das atividades de informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos, serviços e viagens. Linhas e entidades de atendimento da criança e do adolescente. Objetivos e deveres das entidades de atendimento. Fiscalização. Medidas de proteção.

12. DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

Da inimizabilidade penal. A menoridade na visão das ciências médicas, do comportamento e penais. A menoridade da contemporaneidade. A menoridade como limite ao Estado repressor. Dos Direitos individuais. Das garantias processuais. Das medidas socioeducativas. Do princípio da excepcionalidade da internação. Direitos do adolescente privado de liberdade. Aplicação das medidas socioeducativas. Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.

13. DOS ÓRGÃOS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atribuições, competências e composição do Conselho Tutelar. Do acesso à Justiça. Das atribuições, competência, composição e procedimentos da Justiça da Infância e Juventude. Da proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos da criança e do adolescente.

14. LEI FEDERAL 13.431/2017 E DECRETO FEDERAL 9.603/2019.

PROVA DISSERTATIVA

A prova de Dissertativa conterà um tema relacionado com o conteúdo já especificado acima, onde serão considerados: ortografia, concordância, regência, coerência com o tema, sequência e organização, estilo, e ainda, consistência lógica e jurídica sobre o tema abordado.



ANEXO III CRONOGRAMA DO PROCESSO

*Os dias considerados para prazos recursais foram apenas os dias úteis, desconsiderando sábados, domingos e feriados.

** As datas poderão ser alteradas, a critério da Comissão Especial, desde que previamente comunicadas, bem como respeitados os prazos mínimos estabelecidos.

ATO	DATA
Publicação do Edital de Abertura do Projeto	05/04/2019
Inscrições dos Candidatos	13/04/2019 A 29/04/2019
Lista de Homologação das inscrições/ divulgação dos locais e horário de realização das provas	02/05/2019
Recursos	03 e 06/05/2019
Resultado dos recursos	10/05/2019
Aplicação do teste de conhecimentos	09/06/2019
Divulgação do resultado do teste de conhecimento	08/07/2019
Prazo para apresentação de recursos contra o resultado do teste	09/07 À 11/07/2019
Divulgação da lista de aprovados no teste de conhecimento após recurso	31/07/2019
Prazo para a apresentação dos documentos necessários para a inscrição	01/08 À 07/08/2019
Divulgação dos candidatos habilitados para o processo eleitoral	13/08/2019
Prazo para impugnação de candidaturas	14/08 à 16/08/2019
Prazo para impugnação pelo ministério público	19/08 à 21/08/2019
Prazo para defesa do impugnado	23/08 à 27/08/2019
Prazo de vistas ao ministério público	28/08 à 30/08/2019
Prazo para a comissão decidir sobre eventuais impugnações	02/09 à 04/09/2019
Publicação de edital com lista definitiva dos candidatos que concorrerão ao pleito.	06/09/2019
Período de campanha dos candidatos	10/09 à 04/10/2019
Prazo final para credenciamentos dos fiscais de votação e apuração	30/09/2019
Escolha dos Conselheiros Tutelares	06/10/2019
Apuração e divulgação dos resultados da escolha	06/10/2019
Publicação de edital com o resultado final das eleições	08/10/2019
Diplomação dos Candidatos eleitos	08/11/2019
Curso de Formação	Novembro/Dezembro de 2019
Posse dos Conselheiros Tutelares Diplomados	10/01/2020

22